



REVISTA JAE

3ª edição | 2025

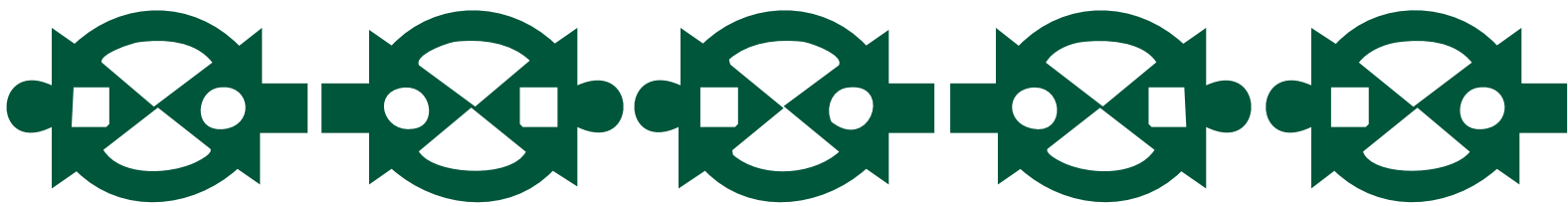
JAE



**EDUCAÇÃO
PARA EQUIDADE**

Sumário

▶ Apresentação.....	4
▶ Etapas para construção de uma política pública para relações étnico-raciais positivas na educação.....	7
▶ ENTREVISTA Diretora vê posicionamento e formação como bases do trabalho antirracista.....	9
▶ DEPOIMENTO Formação não é só para professor!.....	21
▶ RELATO DE EXPERIÊNCIA A formação continuada transformando olhares	24
▶ RELATO DE EXPERIÊNCIA Sequência didática “Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira”	27
▶ RELATO DE EXPERIÊNCIA Sequência Didática “Jogos e brincadeiras africanas: aprendendo e ensinando com as famílias”	31
▶ PRÁTICAS ANTIRRACISTAS As Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil em Santa Bárbara d’Oeste.....	35
▶ ARTIGO Por uma comunidade escolar antirracista: o registro como instrumento formativo no combate ao racismo	43
▶ ARTIGO O papel da gestão escolar na implementação das Orientações da Rede Municipal em situações de racismo e discriminação racial em Santa Bárbara d’Oeste.....	49
▶ ARTIGO Revisão de sequências didáticas com foco nas relações étnico-raciais.....	58
▶ Expediente.....	67



Apresentação

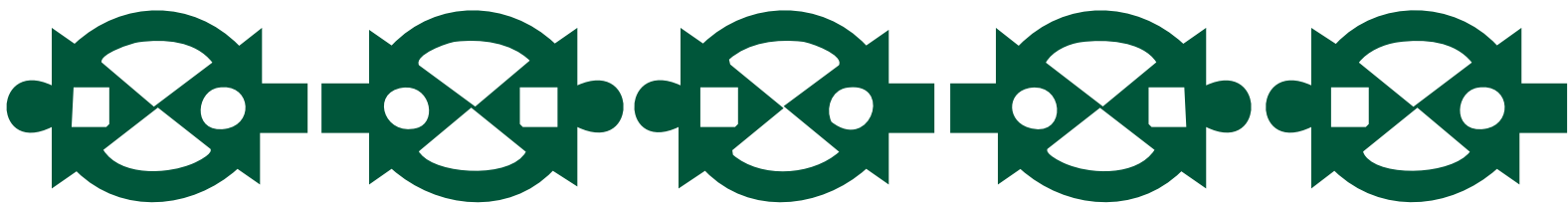
Após duas edições em que tratamos da construção de uma política educacional antirracista a partir da iniciativa da Secretaria de Educação de Santa Bárbara d'Oeste, esta terceira Revista Jaê aterrissa na escola, dando destaque para as pessoas e práticas que fazem a política acontecer no cotidiano, sem perder de vista o avanço das articulações institucionais que amparam e fundamentam o trabalho das equipes escolares.

Trata-se de uma publicação do **Projeto Jaê – Educação para Equidade**¹, resultado de uma parceria da Secretaria Municipal de Santa Bárbara d'Oeste com a Roda Educativa e o Centro de Estudos e pesquisas ateliescola acaia.

O Jaê começou em 2021 e foi estruturado com base em um amplo diagnóstico realizado ao longo de quatro meses, junto aos 120 gestores escolares e educacionais das então 53 escolas² que compunham a rede de ensino do município, que conta atualmente com 449 professoras/es e atende cerca de 15.059 estudantes. A partir daí, as ações foram organizadas em seis principais eixos: **a.** formação em gestão escolar e educacional; **b.** acompanhamento de um grupo-piloto de escolas; **c.** mobilização social e criação de uma rede intersetorial de proteção e combate ao racismo; **d.** construção de política pública; **e.** difusão cultural; **f.** socialização de práticas pedagógicas antirracistas na escola.

1 Até o final de 2022, o Jaê com o apoio financeiro do Itaú Social; a partir de 2023, o Centro de Estudos e Pesquisas do ateliescola acaia entrou no Projeto como parceiro técnico e financeiro.

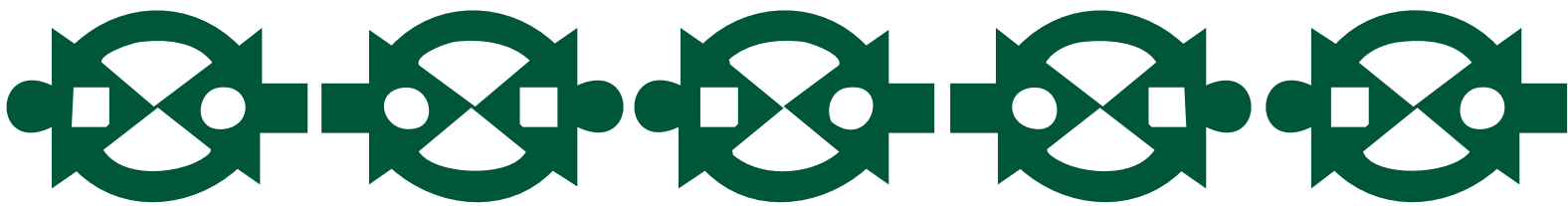
2 Hoje são 58 escolas na rede municipal.



Em 2023, a Secretaria Municipal de Educação constituiu o **Núcleo Jaê** (hoje Núcleo ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais), composto por assessoras pedagógicas e supervisoras educacionais da equipe técnica, com o objetivo de dar continuidade às práticas e discussões propostas pelo Projeto nos anos anteriores. Naquele ano, ainda, um novo eixo é incorporado– o do acompanhamento das aprendizagens com foco na equidade, com foco na competência leitora de estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental. As aprendizagens são acompanhadas ao longo de todo o ano, cruzando-se os dados de avaliação leitora com o perfil socioeconômico dos estudantes, a fim de se construir estratégias amplas e eficazes para diminuição das desigualdades educacionais.

Em 2024, amplia-se esse eixo para incluir a realização de duas sequências didáticas com as turmas de 4º ano: *Lendo biografias de mulheres negras* (1º semestre) e *Descobertas Científicas de autoria negra* (2º semestre). Aulas compartilhadas e tematizações da prática são realizadas junto aos professores da rede, a partir de algumas etapas destas sequências, qualificando a discussão que interconecta especificidades didáticas e letramento racial. Ainda no ano passado, consolida-se a produção do documento *Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede*, sob coordenação do Núcleo Jaê, tornando-se um marco histórico da educação antirracista no município.

Neste ano de 2025, dois focos principais orientaram as ações do Projeto Jaê na rede: a revisão de sequências didáticas e a implementação do documento *Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede*. No primeiro caso, foram compostos grupos de trabalho com assessoras e coordenadoras pedagógicas que revisaram e adaptaram sequências já em uso na rede para as turmas de 1º, 2º, 3º e 5º anos. No segundo caso, a discussão sobre o documento se concentrou, sobretudo, junto aos diretores e equipe técnica da secretaria, que compartilharam boas experiências, dúvidas e reflexões sobre o processo de implementação.



O registro das contribuições do Projeto Jaê para a efetivação de uma política pública sonhada coletivamente deu origem a esta revista digital que tem como principal objetivo compartilhar o passo a passo desta experiência, ainda em curso. As duas edições anteriores da revista você pode conferir aqui: [1ª edição](#) | [2ª edição](#).

Dando continuidade às entrevistas que abriram as duas primeiras edições, com a Secretária Tânia Mara Silva e com a coordenadora do Núcleo ERER, Juliana Ramos, convidamos desta vez uma dirigente escolar, Luci Neres dos Santos Marcondes, que nos relata sua experiência como coordenadora pedagógica e mais recentemente como diretora, dedicando-se à construção de uma educação antirracista na escola.

Oferecemos também ao leitor artigos escritos por assessoras educacionais e pedagógicas da rede, por diretoras e diretores, contendo reflexões sobre as principais ações e estratégias desenvolvidas para efetivação desta política pública.

Completem esta edição relatos de experiências produzidos por professores, e depoimentos de profissionais que atuam nas escolas da rede e que têm vivenciado essa política pública antirracista no cotidiano.

Boa leitura!

Equipe do Projeto Jaê – Educação para Equidade
Novembro de 2025



Étapas para construção de uma política pública para relações étnico-raciais positivas na educação

A experiência de Santa Bárbara D'Oeste



Da inquietação e do desejo de consolidar uma política pública para as relações étnico-raciais positivas.



Busca por parceria técnica para apoiar a sistematização do trabalho, a partir de um amplo diagnóstico.



Projeto de formação sistêmica a longo prazo proposta pelo Projeto Jaê-Educação para Equidade.



Organização das comissões de trabalho, unindo equipe técnica da SME e lideranças negras locais.



Autodeclaração racial: formação dos agentes de administração escolar e revisão da ficha de matrícula.



Realização de autoavaliação institucional (Indique*) em todas as escolas da rede.



Criação do Núcleo Jaê e instituição do cargo de Assessora Pedagógica para Projetos Especiais-Equidade Racial.

8



Acompanhamento de aprendizagem e análise dos dados socioeconômicos dos estudantes.

9



Finalização e validação, junto a especialistas, do documento Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede e apresentação do documento Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede para toda a comunidade escolar.

10



Formação da equipe técnica para atuar junto aos gestores escolares, a partir destas orientações, com estudo da legislação e discussão sobre casos de racismo, efetivando encaminhamentos junto às escolas.

11



Ampliação do acompanhamento das aprendizagens dos estudantes dos 4os anos, com recorte interseccional, aperfeiçoando os instrumentos de avaliação, as estratégias formativas e incluindo duas sequências didáticas de leitura: Lendo biografias de mulheres negras (1º semestre) e Descobertas científicas de autoria negra (2º semestre).

12



Revisão curricular com foco nas relações étnico-raciais positivas, a partir do que indicam as leis 10.639/03 e 11.645/08, com acompanhamento de especialistas e formação de novas comissões de trabalho, compostas também por professores da rede.

13



Formação de uma rede intersetorial de combate ao racismo no município, com participação e apoio de outras secretarias municipais, além da SME.

ENTREVISTA

Diretora vê posicionamento e formação como bases do trabalho antirracista

Luci Neres conta os desafios de se colocar como mulher negra na gestão e do impacto da formação na sua vida e na escola

Carolina Glycerio
e Cristiane Tavares



Luci Neres dos Santos Marcondes tem 53 anos e começou sua trajetória na educação como professora, evoluiu para a coordenação pedagógica em 2016 e, neste ano de 2025, assumiu a direção escolar do CIEP Angélica Segá Tremocoldi, escola que atende 370 crianças de 06 a 10 anos no Ensino Fundamental I, com uma equipe de 60 funcionários.

Nesta entrevista, ela conta como a sua luta para não deixar nenhuma criança para trás ganhou força com a formação do Jaê, e como ela mesma foi

se fortalecendo, se reconhecendo como mulher negra que é capaz de estar à frente de uma escola liderando pessoas e processos de transformação visando à equidade.

Confira a seguir os principais trechos da conversa, em que ela também compartilha os desafios de construir uma educação antirracista no dia a dia da escola e fala do impacto transformador da formação em sua vida pessoal e profissional, na equipe escolar e na comunidade.



Luci Neres dos Santos Marcondes, em suas tarefas cotidianas como diretora do CIEP Angélica Segá Tremocoldi.

Pode fazer um resumo da sua trajetória como educadora em Santa Bárbara?

Eu sempre sonhei em ser professora, então quando comecei a dar aula no Ensino Fundamental, em 2010, não era só um emprego, era a consolidação de um sonho. Ser professora era dar a oportunidade, tentar garantir o direito de aprender das crianças, porque muito me incomodava crianças ficarem para trás.

Em 2016, quando assumi a coordenação, essa intencionalidade aumentou. Pensei: 'será que agora consigo fazer algo mais por essas crianças, pela sociedade, pelo município?'. Também me incomodava ver como as relações étnico-raciais estavam colocadas na escola, era só aquele estudo de livro, tudo pautado no livro didático.



Luci Neres dos Santos Marcondes, em suas tarefas cotidianas como diretora do CIEP Angélica Segá Tremocoldi.

Foi um batismo de fogo, precisei reestruturar minha identidade, porque eu estava ali, uma mulher negra na coordenação, precisava me colocar e me reconhecer nesse espaço da educação, da gestão. Foi um processo doloroso, árduo, mas eu sabia que não estava sozinha. Com bastante investimento nas minhas formações e apoio das parcerias, eu me ergui. Hoje posso me ver como uma gestora negra, que carrega com orgulho essa luta e suas cicatrizes como aprendizados. A minha presença, a minha fala aqui, é prova viva de que a educação se transforma, e quando damos espaço e voz para as pessoas, nada pode impedi-las de crescer.

Assumi a direção da escola neste ano (2025) quando o diretor foi para a supervisão. Me engajei com toda essa bagagem que fui adquirindo e fiz o meu projeto, pautado na equidade, no acolhimento das crianças, no respeito mútuo. Foi um salto da coordenação, que visa o pedagógico, para a gestão, para o crescimento não só intelectual, mas também processual de toda a equipe.

O fato de ser uma mulher negra numa posição que envolve comando, liderança, representa um desafio, em função do racismo?

Sim, porque a comunidade não reconhece que uma pessoa negra possa assumir um cargo de liderança. Me lembro de uma situação quando era coordenadora, chegou uma mãe e eu me apresentei. Ela disse que não queria falar comigo, que queria “a coordenadora”. Eu disse que era a coordenadora e ela reagiu: ‘Ah, mas você? Nossa, mas achei que era outra pessoa’. São apontamentos velados, um estranhamento. No cargo que estou ocupando agora também acontece. Não é normal as pessoas verem uma pessoa negra comandando. Geralmente são pessoas brancas, bem vestidas. Para eu ser vista como diretora, tenho que pôr um diferencial. Tenho que estar muito bem arrumada, muito bem posicionada, me destacar. Se não, qualquer outra pessoa é entendida como a diretora. Quando estava como coordenadora, muitas vezes a equipe não me atendia, como se o que eu falasse não tivesse importância. Até hoje, as pessoas ainda reafirmam na fala: ‘a Luci é a diretora’. Eu fico pensando: por que precisa reafirmar tanto? Percebo que tem enfrentamento, tem resistência.

Por outro lado, quando assumi aqui, fui parabenizada por diversas mulheres. Mulheres, mães, que vieram expressar essa alegria de me ver aqui à frente, uma mulher negra, mulher e negra. Vieram até mim mulheres negras que se sentiram representadas. Isso vem dando força e ganhando um aspecto positivo dentro da comunidade. Eu sempre uso a metáfora do lugar ao sol. O negro também pode ter seu lugar ao sol. O negro pode estar onde ele quiser. Em todo lugar tem a presença dele.



Luci Neres dos Santos Marcondes, em suas tarefas cotidianas como diretora do CIEP Angélica Segá Tremocoldi.

Você poderia comentar como foi esse processo da formação para fortalecer a sua condição de gestora?

O Jaê foi um divisor de águas na minha vida, me ajudou muito. Contribuiu imensamente para a minha trajetória. Atuou como um catalisador de descobertas e de empoderamento. O impacto foi muito profundo, me transformou tanto na esfera pessoal como na profissional. As formações foram um ponto de partida para a minha descoberta como pessoa, como mulher negra, como profissional. Foi um processo de aceitação, de descobrir-me, como diz Bianca Santana, de descobrir-me negra. Inicialmente eu tinha muita vergonha de me expressar, de falar o que eu sentia. A Cris [Cristiane Tavares, coordenadora do Jaê] me conheceu lá atrás, ela bem sabe que eu era bem quieta, introspectiva, tinha muito medo, vergonha de me expressar. E o Jaê desfez essas barreiras. Devagar, com as formações, foi rompendo essas barreiras e promovendo em mim uma aceitação mais integral, uma aceitação de mim mesma. Essas aceitações foram visíveis, porque comecei a soltar os cabelos, comecei a me colocar como eu mesma, comecei a usar roupas coloridas. Foi uma mudança geral. A Luci de hoje, depois do Jaê, não é a mesma de antes.

O conhecimento que nossas crianças têm hoje, eu queria ter tido lá atrás e não tive. Aprendi com o Jaê que eu não sou descendente de escravo, mas de um povo que foi escravizado. E isso muda tudo, muda toda a perspectiva. Isso me devolveu um orgulho, um pertencimento que eu não tinha. Saber que existiram reis e rainhas negros foi maravilhoso para mim. Os livros não ensinavam isso, mostravam que nós éramos escravos, navios negreiros. O Jaê me proporcionou muito crescimento, me fez me conectar com as minhas raízes, com a minha ancestralidade. E isso me impulsionou, me fez ver que eu posso, que eu tenho uma força dentro de mim que eu desconhecia. Meus antepassados estão em mim. O Jaê me abriu várias portas, várias lentes que eu não tinha.



A formação de diretores é algo recente e nem sempre foi vista como uma necessidade. Como você vê a importância desse espaço para o fortalecimento do projeto antirracista na rede?

Vejo a formação dos diretores como um motor impulsionador que garante que o antirracismo se torne uma prática constante e contínua aqui da nossa rede municipal como um todo. Não só na educação, mas também em outras esferas, na saúde, no trabalho ambiental, porque tem o racismo ambiental também. Então, eu vejo uma junção na qual a educação está sendo esse suporte, esse elo, que vai abrangendo e abraçando as outras redes para também transformar Santa Bárbara aqui num município antirracista.



Que observações você poderia fazer em relação ao impacto que isso teve na vida escolar de forma mais geral? Como você sente que o trabalho atravessou o funcionamento da escola?

A entrada do Jaê na escola gerou uma mudança significativa e bem visível. No início ainda percebemos um pouco de resistência. 'Ah, tá só falando de preto. Ah, e agora não pode falar mais nada que já é preconceito'. Mas, aos poucos, foi reestruturando. A gente foi tratando um pouquinho aqui, um pouquinho ali, e foi trazendo esse conhecimento, essas formações para o grupo. Então, fui notando algumas mudanças, algum posicionamento, as crianças começaram a falar sobre, os funcionários começaram a perceber que nem tudo era brincadeira. Algumas coisas foram se reestruturando e mudando um pouco a cultura da nossa escola.

Os profissionais começaram a ficar mais atentos, a se engajar mais. Não é só mais a direção que trata sobre isso, eles também podem e devem abordar o assunto. A escola está vestindo a camisa desse tema, que não é só um tema, é uma vivência dentro da escola.

Já está mudando essas concepções antigas e estão valorizando, respeitando as diversidades. E não só nas relações étnico-raciais, mas também das relações humanas. Respeitar o outro nas suas condições, no que ele é por si mesmo. O Jaê vem colaborando com isso, não é só nas questões raciais, é o respeito um pelo outro, por sua religião, por suas opções culturais, sociais.

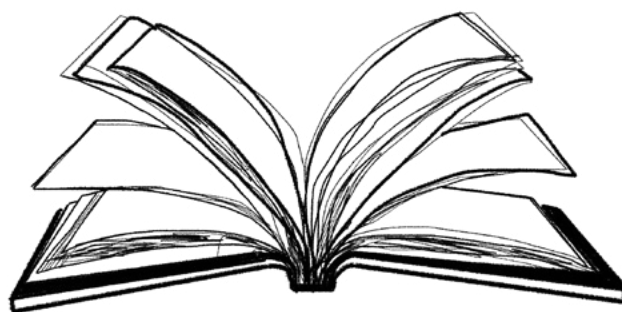
As ações que promovemos, os cursos, as formações, as atividades feitas pelas crianças, apresentações de capoeira, apresentações culturais, tudo isso vem reverberando na valorização da pessoa humana. Desde do pequenininho até o 'seu' João, nosso zelador, eles estão engajados nisso, respeitando, valorizando, aprendendo a nomear o que está acontecendo. O ano passado, colocamos uma indicação literária sobre os orixás, sobre a cultura afro. Alguns pais relutaram, mas depois conversamos, explicamos. E o incrível foi o interesse das crianças por essa cultura. Tive um aluninho do primeiro ano que aprendeu a ler porque queria ler esse livro sobre a origem dos orixás. Olha como isso é importante, o respeito pelo outro, pela cultura do outro.

Os estudantes estão se respeitando um ao outro, estão nomeando o que acontece. Eles já conseguem identificar casos de racismo, bullying, preconceito. Estão dando nome, estão falando assim não, assim não pode. Eles entendem que certos acontecimentos não são mais brincadeirinha, é coisa séria, que precisa ser discutida, conversada, pontuada. Os estudantes e toda a equipe estão internalizando a educação pautada na equidade. Valorizar o outro, dar condições para que o outro possa avançar dentro das suas fragilidades. Não é fácil, né? Não é uma coisa que é lindo, maravilhoso, não, mas é algo que a gente vê que está acontecendo. A construção dessa nova escola não é fácil, não é rápida, mas é notável. As ações são impulsionadas pelas formações do Jaê, e estão promovendo avanço significativo. Por isso eu acredito que o Jaê tem esse lugar especial dentro da nossa escola, dentro da nossa vida, e dentro da vida e da jornada de cada um aqui dentro.



Queria que você comentasse como as famílias e a comunidade veem as mudanças trazidas pelo Jaê e como as relações étnico-raciais positivas chegam até elas?

Em relação às famílias, inicialmente, também vimos muita resistência. No ano passado, por exemplo, uma família ficou indignada: 'não quero que fale sobre isso com o meu filho'. Mas também não conheciam essa literatura. Houve também uma situação em que fizemos a boneca abayomi com as crianças e chegou o relato de uma aluninha falando que a mãe não deixou ela entrar em casa com a bonequinha, que era para colocar fogo, porque aquilo lá era voodoo. Então, chamamos as famílias, conversamos, estamos também formando essas famílias, explicando e mostrando o que é ser uma escola antirracista. Porque muitas vezes acham que é trazer a religião negra para dentro da escola. E não é religião, a gente não fala de religião. Temos resistência? Temos, mas precisamos continuar insistindo e capacitando essas famílias para mostrar que o que nós trazemos é o conhecimento de uma cultura, de uma vivência, de um povo que luta e que tem o direito de ser reconhecido e de ser visto como ser humano. É um passinho por vez, dia após dia.



Eu percebo que a minha posição aqui à frente da direção também já é esse enfrentamento, porque muitas vezes as famílias podem pensar: 'ah, é porque ela é preta que ela está lá e agora ela vai colocar tudo que é preto ali para as nossas crianças'. E não é assim. Não é porque eu sou preta que eu vou colocar tudo que é preto ali. Não, mas eu quero que as crianças possam ter esse conhecimento amplo do que é viver numa sociedade na qual precisamos conviver juntos no respeito e na valorização da pessoa humana. É todo esse trabalho de formiguinha que a gente vem fazendo, tem uma resistência aqui, tem uma aceitação ali, mas assim a gente vai caminhando. Esse período de enfrentamento exige esse trabalho constante de posicionamento, e, felizmente, as formações antirracistas vêm dando esse suporte crucial para nos dar sustentação intelectual, pessoal, social, emocional.

Tem pais que vêm, elogiam, aceitam, disseminam a ideia, tem outros que resistem e requerem um pouco mais de atenção, de chegar junto, conversar, explicar, uma vez, duas vezes, mil vezes quando é preciso, mas a gente não pode desistir, né? Hoje, como diretora, eu percebo que essa mudança está acontecendo também nas famílias. Não digo que são todas, mas uma aqui, outra ali. Vai mudando, vai aceitando, vai mudando mente, porque não é só aceitar, a gente tem que conhecer o porquê aceitou. As famílias e a comunidade começaram, sim, a apoiar o nosso trabalho e a entender o porquê desse trabalho. E esse reconhecimento é memorável, é motivo de muito festejo.

Que dica você daria para uma gestora, um gestor escolar que estivesse começando agora um projeto de implementação de uma educação antirracista na sua escola?

Uma dica que eu daria seria unir a estratégia pedagógica e intencional à resiliência. Esses dois itens precisam caminhar juntos. Não se trata de uma tarefa fácil, mas de uma liderança que precisa ser construída sobre esses dois pilares firmes.

O primeiro passo seria a aproximação e o diálogo transformador. Buscar se aproximar do grupo, da equipe, da comunidade por meio do diálogo. É crucial ir além do mero comunicado. É conversar, promover um diálogo aberto, expressar o porquê da educação antirracista. A gestora deve deixar claro que ser antirracista não é um tema restrito à população negra, mas uma postura ativa, inegociável, de ser contrário a qualquer ato discriminatório. Ao demarcar esse território ético, a gestora precisa convidar toda a equipe para tomar uma posição de corresponsabilidade, de fazer parte da luta antirracista em prol de uma escola equitativa.

O segundo pilar, eu digo que o mais vital, é a persistência e a formação qualificada. A gestora precisa internalizar que a transformação é um processo longo. Ela vai crescer junto com a equipe, vai se transformar junto com a equipe. É um processo complexo, e ela nunca deve desistir, por mais árduo que seja. Eu, muitas vezes, o ano passado mesmo, pensei: ‘meu Deus! Até quando a gente vai bater nessa tecla?’ Mas é assim: a gente vai bater sempre na tecla, mas não pode desistir. Tem hora que você tem que parar, respirar fundo, recarregar as forças, mas precisa continuar. A chama precisa se manter firme. Nunca pode desistir de sonhar que um dia vai mudar. Eu me impulsiono nisso.

Eu olho pra frente, olho pra trás e penso: quantos precisam de mim? Quantos precisam dessa luta que eu estou lutando? E quantos já lutaram por mim? Quantos lutaram para que eu pudesse estar aqui hoje? E quantos lá na frente vão precisar dessa luta que eu estou travando hoje? Essa é a força que precisa mover essa gestora, esse olhar para o que já foi, o que você está fazendo agora e os que vão precisar de você no futuro. Essa conexão com a ancestralidade, com as gerações futuras, é o combustível para garantir que esse esforço não vai ser em vão.

Você pode comentar sobre o documento “Orientações para Casos de Racismo e Discriminação Racial na rede”? Ele tem ajudado vocês a lidar com as questões de racismo que surgem na escola?

Vejo o documento como um ganho imensurável para a nossa rede de ensino de Santa Bárbara. Ele serve como um norte fundamental, porque direciona o nosso trabalho, traça um caminho claro, conciso, do que devemos seguir nos casos de racismo na escola. No início, a aceitação foi meio conturbada. Ah, pra que isso? Não precisa disso, né? Mas depois, ele foi sendo estudado, visto com outros olhos, conhecido, aceito. A equipe começou a reconhecer que ele tinha um direcionamento prático e necessário. Porque muitas vezes, [ainda dizem que] ‘ah, não, mas não acontece casos de racismo na escola’. Mas acontece, né? E as crianças começaram a perceber depois que começamos com as formações.





Até teve um caso de um aluninho. O coleguinha chamou ele de preto feio. Aí ele veio até mim e disse assim: 'Luci, eu vim aqui falar com você porque eu sofri um caso de racismo'. Eu chamei as duas crianças para conversar, aí ele mesmo expôs para o colega, ele falou assim, eu fiquei muito triste com você porque você fez racismo comigo. Aí ele foi falando como se sentiu. O colega começou a chorar, pediu perdão, disse que não tinha intenção de fazer aquilo. O documento nos ajuda a ver isso. O professor já tinha conhecimento, passou algumas orientações, alguns trabalhos foram feitos e essa criança conseguiu identificar esse caso. Olha como essa criança já cresceu, tanto ele como o outro. O documento tem sido crucial para padronizar e qualificar as nossas respostas nesses casos.

O maior desafio na implementação do documento é o tempo de estudo. Se tivéssemos um horário para fazer um estudo mais aprofundado, ele teria mais disseminação dentro da escola. Devido à correria do dia a dia, à dinâmica da escola, não conseguimos estudar na íntegra e com a profundidade que gostaríamos. Mas acredito que podemos superar essa barreira com alguns ajustes, reorganizar os horários da equipe, usar metodologias de agrupamentos, estudos diferenciados e depois socializações, para garantir a compreensão e a aplicação desse protocolo. Eu acredito que ele vem somente para corroborar com o nosso trabalho e o desenvolvimento da escola e da rede em prol dessa rede antirracista que a gente tanto almeja.

Muito bom esse exemplo que você deu, mostra como é importante o papel do professor nesse processo...

É crucial. Porque é ele que dá voz ao protocolo, é ele que dá voz a todas as ações, é ele que dá voz às formações. Então, a gente passa as informações, capacita o professor, e ele reverbera isso para os estudantes, e os estudantes para suas famílias, e as famílias, e assim a gente espera que vá disseminando, né? Então, o professor, ele é ali um semeador de tudo.

Quando olha para frente, onde você mira para aprofundar essa educação antirracista na sua escola?

Eu vejo que um ponto crucial seria um investimento mais sistemático na formação da equipe escolar. Porque nós, enquanto diretor, enquanto coordenador, nós temos uma formação muito boa, muito qualificada, muito potente. Agora, nós precisamos investir sistematicamente na formação da equipe escolar. Esse é o motor que vai garantir a coerência e eficácia de todas as nossas ações. Porque se a formação parar no gestor, não anda.

E me refiro a todos os funcionários, todos. No pedagógico, nós temos o

momento do HTTC. Mas e o restante da equipe? Para eles, nós não temos um horário de formação, para montar estratégias, estipular um momento para sentar com a cozinheira, com o zelador, com a fadinha da limpeza, para eles também poderem pensar sobre isso, porque eles fazem parte da equipe escolar. Eles trabalham na escola e eles precisam desse momento de formação. Eles precisam entender também o que é isso. O que é ser uma escola antirracista? O que é a Lei 10.639? O que é essa educação? Somente com essas formações, nós vamos poder garantir e poder falar com firmeza, com certeza, de que nós estamos formando uma rede antirracista. ♦



Luci Neres dos Santos Marcondes, em suas tarefas cotidianas como diretora do CIEP Angélica Segá Tremocoldi.

Formação não é só para professor!

As formações do Jaê alcançaram também as/os profissionais de apoio das escolas – cozinheiras, auxiliares de limpeza, porteiros – pessoas fundamentais no funcionamento escolar que vivenciam o cotidiano das/dos estudantes, relacionam-se com elas/eles e presenciam situações de racismo e discriminação na hora da merenda e no recreio, que podem e devem ser consideradas no planejamento de estratégias para incidir positivamente na educação para as relações étnico-raciais e na melhoria do clima escolar de forma geral.

Confira abaixo os depoimentos de duas cozinheiras da rede:



Cristina Aparecida e Ana Patrícia na escola EMEFEI Professora Gessi Terezinha Buschinelli Carneiro



Eu achei muito bom poder aprender nessa formação sobre as relações étnico-raciais na escola porque, às vezes, a gente só ficava lá na cozinha e sempre tinha esses cursos só com os professores. Agora, não. Teve pra gente, que é cozinheira e pra quem é profissional da limpeza também. Nós participamos todo mundo junto, foi muito bom. A gente foi instruída no jeito correto de agir. É importante porque, às vezes, a gente vê uma coisa ali no pátio, mas as outras meninas [profissionais] que estão ali, olhando, não veem. Aí a gente chama elas no cantinho e explica pra elas o que a gente aprendeu. Eu acho que tem que ser assim, com união, sabe? O conjunto, todo mundo ajudando.”

Ana Patrícia Fernandes de Almeida, cozinheira na EMEFEI Professora Gessi Terezinha Buschinelli Carneiro



Eu acho esse trabalho sobre as relações étnico-raciais na escola muito importante porque a gente fica pouco tempo com as crianças na hora do intervalo, mas a gente observa muita coisa, a gente vê muita coisa, sabe? E aprendendo como fazer, como abordar o caso [de racismo], fica melhor. Porque, às vezes, você quer tomar uma atitude e você não sabe como. Agora a gente aprendeu como fazer, a gente participou da formação. Ajudou também a conhecer a lei [10.639/03]. A gente saber que tem uma lei é importante porque se não tiver lei, não vai funcionar. Com a lei já é difícil, né?

Eu observo que as pessoas ficam mais conscientes quando entendem que tem uma lei porque, querendo ou não, intimida. Então, a pessoa, antes de falar uma coisa que ofende ou se for xingar, ela vai pensar duas vezes porque sabe que a pessoa tá amparada pela lei, porque sabe que uma pessoa que está do lado pode ver. Eu percebo isso, então, acho legal esse trabalho que a escola está desenvolvendo porque as coisas estão evoluindo, sabe? A gente vê os direitos que a pessoa tem, né? No caso, a pessoa negra, que sofre o racismo. Por exemplo: uma pessoa que nunca viveu o racismo, às vezes você vai falar e ela vai dizer que isso é frescura, que não sabe pra quê esse curso, que não tem necessidade de falar tanto disso. Mas eu acho que tem que falar, sim. Tem que falar porque a gente vê aqui na escola e em outros lugares, que tem racismo, sim, em qualquer lugar tem. Infelizmente, tem. Pode ser que um dia chegue a não ter, né?”

Cristina Aparecida da Silva, cozinheira na EMEFEI Professora Gessi Terezinha Buschinelli Carneiro



Juliana Urbano e Juliana Ramos com as cozinheiras Ana Patrícia e Cristina Aparecida.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A formação continuada transformando olhares

Valeria Maria S. Silva

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Unidade de Educação Infantil Euvaldo de Queiroz Dias





curso **Educação para as relações étnico-raciais e o educador. O que preciso**

saber?, oferecido pela Secretaria de Educação no período de março a junho de 2025 **foi, para mim, uma verdadeira “virada de chave”, principalmente em relação à identidade das crianças negras que têm cabelos crespos.**

Em meio à rotina cotidiana com uma turma de Maternal III, com crianças de 3 anos de idade, pequenas situações começaram a ganhar novos significados e a revelar aspectos importantes das relações raciais na constituição da identidade das crianças. Foi nesse contexto, nas interações simples e diárias, que um gesto aparentemente comum se tornou um momento de descoberta e transformação para mim.

Eu passei a dar mais atenção e cuidado ao pentear as crianças, sobretudo, à especificidade dos cabelos crespos e cacheados: deixei de usar os mesmos pentes, buscando usar materiais adequados para cada tipo de cabelo.

Percebi, ainda, que não perguntava a todas as crianças sobre o penteado que gostariam de usar, pois, na época pensava que a única possibilidade era prender os cabelos crespos e cacheados. Com a formação, comecei a perceber a minha transformação diante deste momento cotidiano tão



Valeria Maria S. Silva ADI da unidade de educação infantil Euvaldo de Queiroz Dias

importante e passei a olhar as crianças com outros olhos. Assim, passei a fazer tranças, rabinhos ou modelar cachinhos. Percebi que, assim, as crianças se aproximavam mais de mim, com carinho e confiança, interessadas em como eu faria cada penteado. Esse vínculo me fez sentir especial e mais significativa na experiência destas crianças. Foi muito gratificante.

Na hora de arrumar os cabelos, sempre depois de lancharem a fruta, eu notava como as crianças ficavam ansiosas para esse momento. Júlia, por exemplo, mostrava uma empolgação diferente com a mudança da minha postura, animando-se com seu novo penteado, e as outras crianças pediam que eu repetisse o mesmo penteado dela: “Quero igual ao da Júlia”.

A família também passou a questionar, positivamente, quem arrumava seus cabelos porque todos os dias ela chegava em casa com um penteado novo. Esse processo foi muito transformador: trouxe mais representatividade e alegria para as crianças, para as famílias e para mim. Um episódio marcante que reforça essa percepção positiva foi quando precisei me ausentar e fiquei alguns dias fora. Quando voltei, Júlia me recebeu com abraços, radiante e logo perguntava quando iríamos arrumar novamente o cabelo. Havia algo diferente na forma como ela me olhava. No momento em que voltei a arrumar seus cabelos, vieram mais abraços e beijos. Percebi que tínhamos construído um vínculo diferente, a partir daquela rotina com o grupo que, de alguma forma, abriu um espaço de pertencimento para ela naquele contexto. Foi algo tão intenso que não consigo explicar.

Aprendi a valorizar cada criança em sua singularidade. Pequenos gestos, como escolher o pente ou o prendedor de cabelos com cuidado, revelam a importância de uma educação que respeita e afirma as identidades desde a primeira infância.

Para mim, as formações foram fundamentais: ajudaram a pensar em novas práticas e a compreender que o afeto e o cuidado que oferecemos hoje às crianças da Educação Infantil, na construção de uma identidade positiva, são marcas que elas levarão para a vida e em seu processo educacional.

Após o curso, passei a refletir sobre as situações sobre as quais discutimos em outros lugares, além da escola. Um dia, no mercado, vi uma propaganda de shampoo com uma atriz negra e percebi como o texto associava o cabelo crespo com “Bombril”, algo carregado de racismo. Além disso, comecei a observar, no cotidiano, que, muitas vezes, ao entrar em um restaurante percebia não haver nenhuma pessoa negra ali. Esses olhares mais atentos e críticos me transformaram pessoalmente e, como educadora, trouxeram consciência e reafirmaram a importância de lutar por uma educação antirracista, que começa nos detalhes do cuidado e se amplia para toda a vida.

Nós, que fazemos parte da rede municipal de educação de Santa Bárbara d’Oeste, não podemos desanimar. Se em cada formação houver ao menos uma pessoa impactada da mesma forma que eu fui, todo esforço terá valido a pena. ♦

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sequência didática “Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira”

Patrícia Arante Bonfim

Professora do 1º ano C | Ciep Dom Eduardo Koaik





sequência didática

Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira

teve como principais objetivos **promover o letramento racial**, ampliando a valorização da identidade, da diversidade e da representatividade; e possibilitar aos estudantes a **apreciação literária** de algumas obras destas autoras.

As atividades foram planejadas e desenvolvidas de forma lúdica, reflexiva e participativa, favorecendo o envolvimento das crianças e estimulando o gosto pela leitura. Além disso, contribuíram para o **fortalecimento do respeito às diferenças étnico-raciais e para o reconhecimento da riqueza da cultura africana e afro-brasileira no contexto escolar**.

Durante a sequência, as crianças tiveram contato com obras que tratam de temas como identidade, aceitação, pertencimento e respeito ao outro, em momentos de leitura prazerosos e mediados pela professora. Os próprios alunos também realizaram leituras, o que favoreceu o **desenvolvimento das competências leitoras nesse estágio inicial do processo de alfabetização**.

O trabalho teve início com um levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre as autoras e, em

seguida, as obras foram apresentadas e exploradas coletivamente. As leituras inspiraram momentos de diálogo, sensibilidade e descobertas sobre quem somos e como convivemos em sociedade.

As histórias foram lidas de forma dialogada, com perguntas e reflexões sobre os personagens e suas atitudes, assim como sobre a linguagem literária dos textos. O primeiro livro compartilhado com a turma foi ***Com qual penteado eu vou?*, de Kiusam de Oliveira, ed. Melhoramentos (2021)**. Em roda de conversa, as crianças observaram a capa e expressaram o que imaginavam sobre a história.



*Roda da leitura do livro **Com qual penteado eu vou?**, Kiusam de Oliveira*

A proposta seguinte foi imaginar que haviam sido convidados para o aniversário do avô, conforme o enredo que compõe a narrativa, no qual cada criança oferece a ele uma virtude que possui: “Com qual penteado você iria e qual virtude daria de presente?”



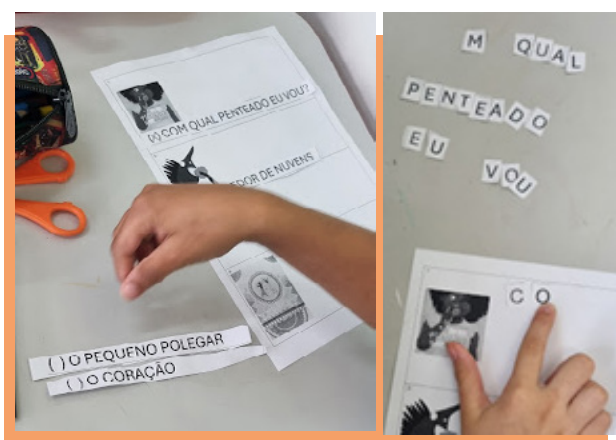
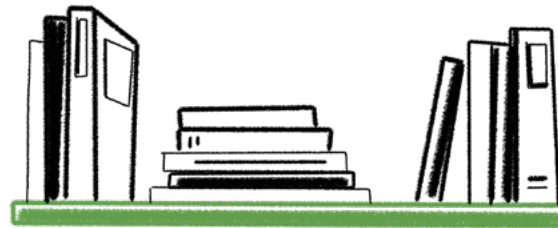
O penteado e o presente escolhidos por Noah, estudante do 1º ano

Em outras etapas da sequência, a turma aprendeu sobre o movimento Black Power, sua origem e significado, a partir da leitura do livro **O Mundo no Black Power de Tayó, de Kiusam de Oliveira, ed. Peirópolis (2013).**

A partir das conversas que surgiram com a leitura desta obra, as crianças refletiram que não é bonito rir do outro por sua cor, cabelo ou modo de se vestir e que cada pessoa é linda do seu jeito. O livro nos provoca a pensar que nossa força e beleza estão naquilo que nos torna únicos, como o cabelo de Tayó, símbolo de poder, identidade e amor-próprio. **Nas rodas de conversa, as crianças compartilharam o que sentiram e perceberam com cada história.** Em outro momento, produziram autorretratos inspirados nas obras, representando suas próprias características.

O desenvolvimento da sequência didática promoveu leituras que ampliaram o repertório cultural e emocional das crianças, abordando valores como amizade, respeito, identidade e empatia. As obras da autora Heloisa Pires Lima, como **O Comedor de Nuvens (ed. Paulinas, 2009), O Catavento (ed. Passarinho, 2023) e Capulana (ed. Scipione, 2019)** incentivaram conversas sobre a importância de valorizar as diferenças, reconhecer as próprias origens e praticar o cuidado e o amor nas ações cotidianas. Por fim, **as turmas prepararam indicações literárias, apresentando os livros de que mais gostaram e**

explicando o motivo da escolha. Foi um momento de autonomia e encantamento, no qual as crianças atuaram com protagonismo, recuperando conhecimentos construídos durante as atividades. Algumas propostas com a leitura dos títulos das obras também foram feitas, favorecendo reflexões sobre o sistema alfabético de escrita:



A sequência didática *Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira* foi uma experiência enriquecedora, que uniu literatura, arte e reflexão sobre a língua. As crianças não apenas conheceram novas autoras e suas histórias, como também aprenderam sobre si mesmas, o respeito e o valor de cada pessoa única e especial. ♦



Exposição das produções realizadas pelas crianças, a partir das leituras literárias

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sequência Didática “Jogos e brincadeiras africanas: aprendendo e ensinando com as famílias”

Uma sequência didática que uniu
culturas e gerações na escola

Carla Sâmia Scavassa Froner

Professora de 2º ano





A sequência didática *Jogos e brincadeiras africanas* tinha como um dos objetivos apresentar textos sobre jogos africanos, fortalecendo práticas de leitura e letramento racial. Ao mesmo tempo em que as atividades buscam desenvolver a compreensão de textos instrucionais, contribuem para promover a desconstrução de estereótipos sobre o continente africano.

As propostas variam entre leituras coletivas, em grupos, em duplas e com a mediação do professor, de modo a valorizar a diversidade dos saberes dos estudantes e seus modos de aprender. Mais do que um recurso didático, os jogos são vivenciados como práticas culturais, ampliando repertórios e fortalecendo vínculos afetivos com as culturas africanas, historicamente invisibilizadas no contexto escolar.

O estudo das brincadeiras africanas pelos alunos dos 2º anos da EMEFEI Vereador José Luiz Gomes da Silva (Zelo) começou com uma roda de conversa: o que as crianças sabiam sobre a África? As respostas revelaram estereótipos comuns, já que muitos alunos acreditavam que se tratava de um “país” pobre e distante, habitado por animais selvagens, que viviam soltos nas cidades.

Essa visão começou a mudar quando as crianças descobriram, por meio das atividades presentes na sequência, que a África é, na verdade, um continente com mais de 50 países, muitos deles conhecidos por elas, e que possui enorme diversidade étnico-racial, linguística e cultural.

Após essa provocação inicial, contextualizando o continente africano, partimos para a vivência prática. A cada nova brincadeira aprendida, o encantamento crescia. As crianças faziam conexões entre as brincadeiras de diferentes regiões da África e as brasileiras, percebendo, na prática, as raízes africanas presentes em nossa cultura.



Durante as atividades, realizamos a leitura de regras de alguns jogos, a comparação de diferentes versões das brincadeiras e o estímulo à oralidade. A participação oral foi intensa: todos queriam compartilhar descobertas, curiosidades e relações com suas próprias experiências. As vivências foram tão divertidas que os alunos começaram a repetir espontaneamente as brincadeiras nos intervalos, organizando-se para jogar juntos.

Os jogos de tabuleiro trouxeram um diferencial especial. Para o Mancala, as crianças coletaram sementes e pedrinhas; para o Shisima, confeccionaram os tabuleiros à mão. Todo esse material foi cuidadosamente guardado para o momento de encerramento das atividades da sequência.



Estudantes do 2o ano da EMEFEI Vereador José Luiz Gomes da Silva (Zelo) jogam shisima com suas famílias.

Uma tarde de brincadeiras com as famílias

A proposta para concluir a sequência didática com os alunos foi escolher um público para apresentar o que haviam aprendido e conhecido durante as atividades. Após conversas e votações, decidiram organizar uma tarde de brincadeiras com seus familiares. Criaram convites, que foram enviados às famílias, e a resposta foi emocionante: a escola se encheu de pais, mães, avós, irmãos, tios e primos, todos curiosos e dispostos a participar. Estiveram presentes, ainda, funcionários da escola, a diretora Amélia Olicheski Matias, a coordenadora pedagógica Adriana Gomes Balan Bueno Camargo, a assessora técnico-pedagógica Alessandra Barcelos Maia Borges e a coordenadora do Núcleo de Estudos e Formação EREER, Juliana Ramos.

O encontro começou com um agradecimento e a valorização da vivência que estava por vir. As crianças estavam ansiosas e entusiasmadas para compartilhar seus conhecimentos. Iniciamos com um quiz de verdadeiro ou falso, que proporcionou momentos de descontração e ajudou a desconstruir estereótipos sobre o continente africano. Em seguida, as crianças leram curiosidades no estilo “Você sabia?”, mostrando o quanto haviam aprendido.

Por fim, chegou o momento mais esperado: as brincadeiras! Foram escolhidas quatro: Shisima, Mbube Mbube, Da Ga e Terra-Mar. A escolha foi baseada na preferência dos alunos e na viabilidade de realizá-las no espaço escolar. Os familiares foram divididos em dois grupos. Enquanto um grupo jogava Shisima e Mbube Mbube, o outro aprendia Da Ga e Terra-Mar. Depois, os grupos trocaram de atividades, garantindo que todos participassem de todas as brincadeiras.

A empolgação das crianças era visível. Queriam ensinar, orientar, mostrar cada detalhe aprendido. Muitos familiares relataram já conhecer algumas das brincadeiras com nomes diferentes; o que evidencia a contribuição africana presente em nossa sociedade, validando a sequência didática como uma ferramenta pedagógica capaz de fortalecer as práticas de ensino e aprendizagem. Já outros familiares e participantes disseram que se sentiram transportados ao seu tempo de infância, o que destaca um elemento importante presente na proposta da sequência didática que é a combinação da leitura de textos instrucionais com momentos em que os estudantes podem realmente explorar, brincar e experimentar os jogos aprendidos. Essas vivências tornam a aprendizagem mais significativa, despertam o interesse e criam laços afetivos com os saberes compartilhados.

Todos se envolveram — adultos, crianças, professores — e o pátio se encheu de cor, movimento e afeto. A proposta de culminância da sequência didática, por meio do encontro intergeracional conduzido com a liderança das crianças, traz reflexões potentes sobre a importância do trabalho com as Relações Étnico-Raciais (ERER) no contexto escolar. Esse momento evidencia as múltiplas possibilidades de construção de práticas educativas mais inclusivas, que reconhecem a diversidade, valorizam a escuta das crianças e fortalecem vínculos entre diferentes gerações. Trata-se de um exercício pedagógico que reafirma a escola como espaço de transformação, memória e produção de novos modos de convivência baseados no respeito e na equidade.

Foi uma vivência rica, potente e memorável, que certamente será repetida nos próximos anos. ♦



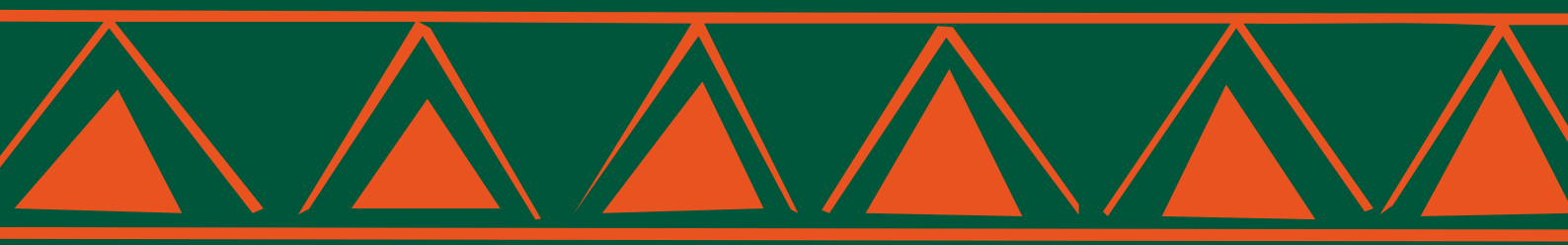


PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

As Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil em Santa Bárbara d'Oeste

Ações diárias fortalecem as identidades
das crianças nas pequenas e grandes
experiências vividas

Maria Assunta Fioramonte e Mateus Olivatto





Nas escolas de Educação Infantil da rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) não se limita a projetos isolados ou a datas comemorativas, ela pulsa na rotina, nos encontros e nas descobertas diárias.

As propostas revelam um trabalho que nasce do olhar atento e sensível de educadoras/es que reconhecem o poder da infância para questionar, imaginar e transformar o mundo. Nos gestos e nas expressões das crianças, nas histórias contadas, nas músicas, danças e brincadeiras, emergem saberes que celebram a ancestralidade, a pluralidade de culturas e a beleza das identidades negras e indígenas que formam o Brasil. Cada proposta é uma oportunidade de afirmar o pertencimento e de construir relações pautadas na valorização do outro e de si mesmo.

Mais do que um conteúdo, a ERER é compreendida como princípio ético e estético que orienta as práticas pedagógicas. Está presente na escolha de livros, nas conversas que nascem das curiosidades das crianças, nas investigações sobre a natureza, nas expressões corporais e nas produções

artísticas. Assim, atravessa todos os campos de experiências e linguagens da Educação Infantil, contribuindo para a formação integral das crianças. Essa perspectiva coloca em movimento uma educação que reconhece as crianças como sujeitos de cultura, capazes de refletir, criar e agir diante das diferenças. Ao abordar o tema de maneira transversal e contínua, as escolas transformam o cotidiano em espaço de resistência, onde se aprende a conviver, a respeitar e a valorizar a diversidade como parte essencial da vida.

Mais do que atender a uma exigência legal, trata-se de cultivar uma postura educativa comprometida com a equidade racial e a justiça social, reconhecendo o papel da escola na superação do racismo e na construção de uma sociedade plural e democrática. Em cada gesto educativo, a ERER se faz presença viva — no acolhimento, na escuta e nas aprendizagens compartilhadas — fortalecendo identidades, ampliando horizontes e reafirmando o direito de todas as crianças a viverem uma infância em que suas histórias e origens sejam respeitadas, visibilizadas e celebradas.



Roda de Capoeira — EMEI Mainá

Crianças participam de uma roda de capoeira, reconhecendo essa expressão da cultura afro-brasileira como prática de movimento, musicalidade e ancestralidade.

Roda de Dança — EMEFEI Sônia

Vivência de dança que valoriza ritmos e gestualidades de matrizes africanas, promovendo pertencimento, expressão corporal e alegria coletiva.



Vivência Musical com Seu Dito — EMEI Maria Araújo

Encontro com mestre da cultura popular que compartilha cantos, histórias e saberes da tradição oral, fortalecendo vínculos com a comunidade.



Sacola Itinerante — Escola Nativa

Acervo disponibilizado pela Secretaria de Educação em formato de rodízio entre as escolas conveniadas, garantindo o acesso a obras com referências afro-brasileiras e indígenas, ampliando repertórios culturais na educação das crianças.



Representatividade nas paredes da escola — EMEI Padre Mário

Painéis e imagens com diversidade de corpos ampliam referências e reforçam o respeito às diferenças étnico-raciais desde a infância.

Exploração de livros com representatividade positiva — Escola Aprisco Kids

Crianças exploram obras que valorizam protagonistas negros e indígenas, ampliando imaginários e narrativas sobre si e sobre os outros.



Arte Pataxó — CIEP Angélica II

Produções inspiradas na estética e simbologia Pataxó estimulam a curiosidade e o respeito pelos povos originários e seus modos de vida.



Autorretratos — CAIC I

Crianças criam autorretratos observando seus próprios traços, reconhecendo-se com orgulho e expressando singularidades.



Afroteca Tekoá — EMEI Áurea Nadir

Espaço de leitura que celebra a cultura afro-brasileira e indígena como patrimônio vivo, ampliando o acesso a referências culturais diversas.

Entrevista com a Secretária de Educação Tânia Mara — EMEFEI Augusto Scomparin

Crianças conversam com uma liderança negra da educação, vivenciando o protagonismo infantil e a representatividade em posições de gestão.



Relato de uma mãe



Sou mãe de uma criança negra, de 5 anos, estudante da EMEI Padre Mário Dantas de Menezes, em Santa Bárbara d' Oeste. Antes de entrar nesta escola, minha filha viveu uma dificuldade para reconhecer-se positivamente em relação à sua cor e para lidar com situações de convivência e impulsividade na interação com os colegas.

Em uma reunião com a coordenada da escola, Maria Fernanda dos Santos Ferreira, relatei o que estava ocorrendo com a minha filha e comentei que ela chegou a dizer que queria ser branca, o que marcou profundamente o meu coração.

No decorrer dos meses, fui percebendo mudanças no comportamento da minha filha. A professora e a equipe pedagógica vêm promovendo atividades que reforçam o respeito, o orgulho e a valorização das identidades étnico-raciais, por meio de histórias, brincadeiras, representações positivas, leituras e diálogo constante, estimulando as crianças a perceberem a beleza e a diversidade das características humanas.

Hoje, minha filha se orgulha de sua cor, de seus traços, de seu cabelo e lida muito melhor com as situações que antes pareciam difíceis para ela.

Agradeço muito à professora e à equipe pedagógica por terem desenvolvido esse trabalho assertivo e necessário, que fez toda a diferença para o desenvolvimento de minha filha.”

Helena C. Ferreira dos Santos



Feira Cultural — EMEI Padre Mário Dantas de Menezes

Ações que fortalecem o orgulho de ser quem se é: o trabalho da escola, reconhecido pelas famílias, tem contribuído para que as crianças se vejam de maneira positiva, celebrando suas identidades.

ARTIGO
◇◇◇◇◇◇◇◇

Por uma comunidade escolar antirracista: o registro como instrumento formativo no combate ao racismo

Cristiane Tavares e Tânia Mara da Silva

“Há, portanto, uma educação a se fazer que tenha a identidade racial como centro do processo de afirmação, em contraposição a identidades que estilhaçam o sentido, aprisionam e repõem a cada vez a negação.”

[Sueli Carneiro]¹

1 CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p.333



Dentre os inúmeros desafios para a implementação de uma política pública para a equidade racial em uma rede municipal de educação, um dos mais importantes é, sem dúvida, a efetiva constituição de uma comunidade antirracista na escola. Isso porque a dimensão coletiva, nesse caso, ultrapassa a esfera declarativa, restrita aos discursos pedagógicos, e deve, necessariamente, se traduzir em ação cotidiana, devidamente articulada entre os vários sujeitos educadores que convivem e atuam no ambiente escolar.

No município de Santa Bárbara d'Oeste esta percepção acerca do que constitui, efetivamente, uma comunidade escolar antirracista, foi sendo construída gradativamente, sobretudo a partir das muitas instâncias formativas oferecidas aos profissionais pela SME (Secretaria Municipal de Educação),



desde 2013. Em 2022, já no âmbito das formações propostas pelo Projeto Jaê, que aprofundou e ampliou o olhar para as relações étnico-raciais, as mais de 50 escolas da rede tiveram a oportunidade de realizar uma autoavaliação institucional centrada em Indicadores de Qualidade na Educação - Relações Raciais na Escola², o que possibilitou uma intensa aproximação de toda a comunidade escolar – estudantes, professores, equipes gestoras, equipe técnica, profissionais de apoio e famílias – às questões cotidianas perpassadas pelas relações raciais. Foi um momento extremamente significativo para toda a rede porque descortinou fragilidades e potências comuns e específicas de cada unidade escolar, no que diz respeito ao modo como lidam com a desigualdade racial, presente de maneira estruturante na sociedade brasileira.

Os desdobramentos desta autoavaliação institucional foram variados, contemplando não apenas as diversas áreas de atuação e campos do conhecimento, mas, principalmente, instaurando a necessidade premente de amplificar as vozes e unir os esforços de todos que compõem a comunidade escolar, entendendo-se que o combate

2 CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

ao racismo não é uma tarefa restrita a determinados grupos, mas comum a todos os que se comprometem com modos mais justos de convivência social. Uma importante conquista neste sentido foi a criação do Núcleo EREER (Educação para as relações raciais), em 2024, no âmbito da SME, que surge com a finalidade de planejar, orientar, realizar e sistematizar ações de combate ao racismo e efetiva justiça curricular nas escolas da rede.

Dentre as muitas ações do Núcleo EREER, destaca-se a consolidação do documento Orientações para casos de racismo e discriminação racial na rede de Santa Bárbara d'Oeste, construído a muitas mãos, revisado e validado pelas equipes técnicas e gestores da rede, por especialistas e acadêmicos externos e implementado, progressivamente, nas escolas, a partir deste ano de 2025. Sobre o processo para implementação do documento, recomendamos a leitura do artigo *O papel da gestão escolar na implementação das Orientações da Rede Municipal em situações de racismo e discriminação racial em Santa Bárbara d'Oeste*, escrito por um grupo de dirigentes escolares da rede e publicado [nesta edição da Revista Jaê](#).

À medida que o documento foi se tornando conhecido pela comunidade escolar, por meio de ações diversas

promovidas pelas equipes gestoras, uma questão rapidamente se tornou objeto de reflexão: a importância de um instrumento de registro comum para os casos de racismo e discriminação racial identificados e notificados nas escolas. Tal registro, além de possibilitar uma análise quantitativa e qualitativa destas ocorrências, facilita a sistematização de orientações e encaminhamentos específicos para cada caso, garantindo os cuidados necessários para o devido acolhimento das vítimas e ações reparatórias e formativas com todas as pessoas envolvidas nestas situações.

A criação deste documento de registro não responde, portanto, apenas a um procedimento burocrático mas, sobretudo, a uma intencionalidade pedagógica e a uma necessidade cidadã que, afinal, possibilitam a formação permanente da comunidade escolar em torno das relações raciais. O conceito

de solidariedade cívica, apresentado por uma das maiores referências em estudos raciais no país, o Prof. Dr. Adilson José Moreira, foi estudado pela equipe de governança e pela equipe técnica da secretaria ao longo deste ano e pode nos ajudar a compreender a importância da dimensão coletiva em torno da garantia de direitos (grifos nossos):

*A celebração da solidariedade cívica, como princípio constitucional, representa o compromisso com um projeto político bastante específico: a construção de uma sociedade na qual todas as pessoas encontram os meios adequados para o exercício da cidadania. **Todas as pessoas precisam, então, estar igualmente engajadas para que essa finalidade seja realizada, motivo pelo qual programas de ação coletiva se mostram necessários, sendo que eles estão baseados na necessidade de construção da solidariedade inter-racial.*** [Moreira, 2024, p.146]

No caso desta rede municipal, o conceito de solidariedade cívica se traduz, dentre outras maneiras, por movimentos intersetoriais que buscam garantir os direitos de todos os estudantes que convivem no ambiente escolar, atendendo-os em sua integridade cidadã. Neste sentido, a equipe de governança

da SME entendeu que o formulário de notificação já existente no *Protocolo Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos no Município de Santa Bárbara d'Oeste*, construído em parceria com as secretarias de Saúde, Promoção Social, Justiça e Relações Institucionais, Segurança, Trânsito e Defesa Civil, poderia ser adaptado para atender as necessidades formativas específicas, nos casos de registro de racismo na escola. São adaptações pontuais, que visam complementar as informações já previstas no formulário original, incluindo: a. a especificação do racismo como tipo de violência; b. um breve relato dos encaminhamentos imediatos e das ações a longo prazo propostas pela escola, além do relato de atendimento.

A equipe de governança da SME desenhou um fluxo para o encaminhamento dos registros de casos de racismo na escola, envolvendo o Núcleo ERER e demais profissionais da equipe técnica, e priorizando uma orientação para o acompanhamento destes casos que considera os territórios aos quais pertence cada unidade escolar. Isso permite que a análise quantitativa e qualitativa destes casos envolva, ainda, as especificidades de

cada território, uma vez que são cruciais para a compreensão dos dispositivos de racialidade que podem operar com características distintas em cada região.

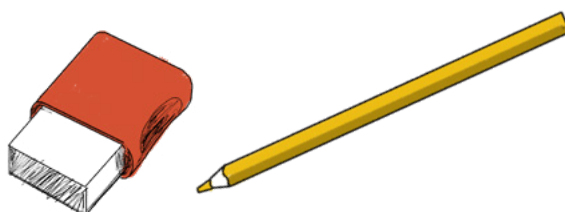
Vale destacar que o *Protocolo Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes* tem como objetivo organizar o fluxo de atendimento, encaminhamento e proteção em situação de violação de direitos, assegurando respostas rápidas, integradas e humanizadas entre as políticas de educação, saúde, assistência social, segurança pública e justiça. O enfrentamento ao racismo é parte inseparável da proteção integral de crianças e adolescentes e cada escola, serviço público e profissional devem se reconhecer como agente ativo na luta antirracista, garantindo o direito de todas as crianças a uma vida livre de preconceito, discriminação e violência.

Nesta rede municipal de ensino, a identificação do caso de racismo pode ser feita por educadores, profissionais de saúde, assistência social, familiares ou pela própria vítima. É essencial o acolhimento e a escuta qualificada da criança/adolescente com respeito e empatia, a fim de evitar a revitimização e preservar o sigilo. Como registro formal convencionou-se o preenchimento da ficha de Registro de Caso de Racismo

e Violação de Direitos, para que seja realizado o encaminhamento, notificando Conselho Tutelar e Núcleo ERER.

A partir deste registro, a SME, por meio do Núcleo ERER, realizará o acompanhamento da vítima e da família até a resolução do caso. Isso pressupõe inserir a Educação para as Relações Étnico-Raciais no Projeto Político-Pedagógico das escolas e realizar periodicamente formações com professores, gestores e servidores públicos. São imprescindíveis, ainda, a produção e a divulgação de materiais educativos sobre ações antirracistas, diversidade e consciência negra, incentivando a representatividade étnico-racial nos espaços de decisão e no ambiente escolar.

Neste contexto, é fundamental reconhecer que nenhum protocolo de combate ao racismo nas escolas ou em espaços que envolvam saúde, promoção social, justiça ou segurança pública, se sustentam apenas em procedimentos de registro e encaminhamento. A efetividade das ações depende, de maneira decisiva, da formação contínua de todos os profissionais da educação - docentes, gestores, equipes administrativas, de apoio e demais servidores públicos.

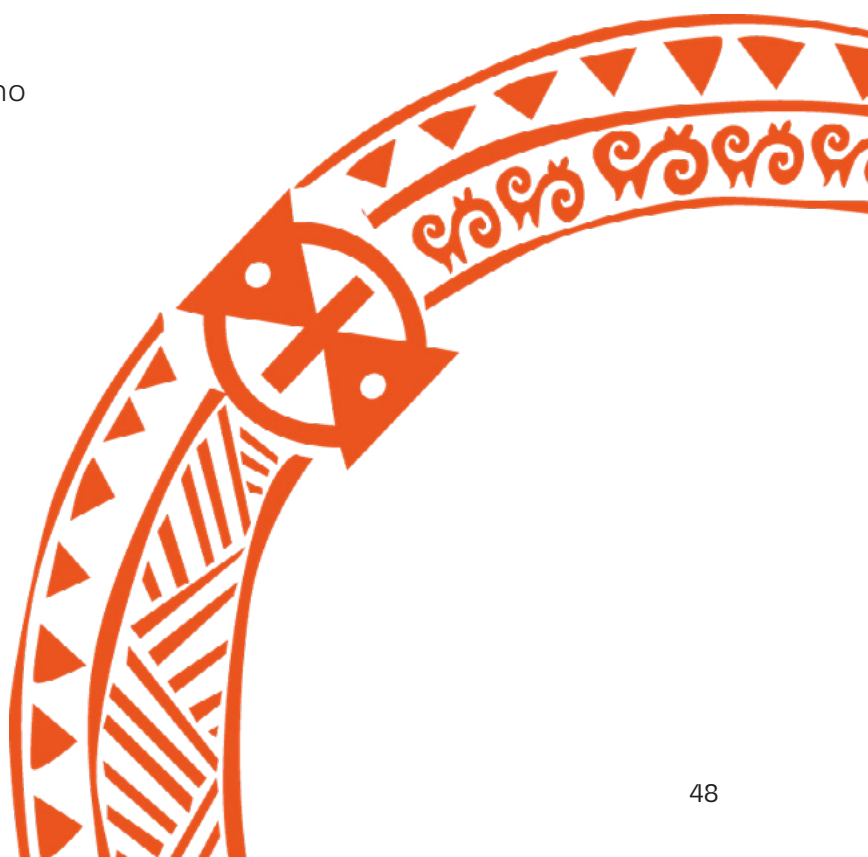


As ações formativas devem ocorrer de forma permanente, articuladas ao cotidiano escolar, simultaneamente ao acompanhamento dos registros protocolares realizados pela equipe. Isso significa que cada caso atendido, cada situação analisada e cada prática institucional devem servir como oportunidade de reflexão crítica e aprimoramento coletivo de toda a comunidade escolar.

A formação continuada antirracista possibilita, prioritariamente:

- ▶ o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas;
- ▶ o fortalecimento de uma cultura escolar que reconhece e valoriza as identidades e histórias afro-brasileiras, indígenas e de outros grupos historicamente minorizados;
- ▶ a capacidade de identificação, acolhimento e intervenção adequadas nas situações de racismo e discriminação racial;
- ▶ a construção de um ambiente escolar seguro, democrático e comprometido com os direitos humanos.

O formulário para registro dos casos de racismo e discriminação racial na escola integra, portanto, uma política institucional de enfrentamento ao racismo, fundamentada na educação, no diálogo e no compromisso ético com a equidade racial. Dessa forma, a escola fortalece práticas que vão além do registro de ocorrências, incorporando ações pedagógicas, preventivas e formativas que consolidam uma cultura escolar antirracista. Ao articular procedimentos formais com processos continuados de formação e participação da comunidade escolar, o registro protocolar se transforma em um eixo estruturante da promoção dos direitos humanos e do respeito à dignidade de todas as crianças, adolescentes, profissionais da educação e demais servidores públicos. ♦



ARTIGO
◇◇◇◇◇◇◇◇

O papel da gestão escolar na implementação das Orientações da Rede Municipal em situações de racismo e discriminação racial em Santa Bárbara d'Oeste

Autores:

Maria Ap. Franco Bortolozzo - Ciep Carmelina

Rosângela Strapasson Canali - Emefei Antonia Dagmar de Almeida Rosolen

Elaine Cristina Borges Caetano Gomes - EMEFEI Maria Regina B. Carpin

Luciana Leonel - CAIC Irmã Dulce - Unidade II

Rodolfo César Siquetim - EMEI Maria de Lourdes Rodrigues

Pâmela Damaris Fischer - Chefe de Divisão Educacional

Jeanette Muza Antoniassi Scarazatti - Assessora Técnico-Educacional





A discussão sobre equidade e educação começou em 2013, primeira gestão da Secretária de Educação Tânia Mara da Silva. Neste sentido, nossos passos vêm de longe, mais de uma década de trabalho constante e permanece viva até os dias atuais. A luta continua marcada por avanços e desafios, mas também por conquistas que projetam reflexos positivos para um futuro próximo. Dentro das unidades escolares de Santa Bárbara d'Oeste, é possível identificar os efeitos concretos de um trabalho comprometido com o enfrentamento do racismo e a valorização da diversidade.

Ao longo dos anos, a presença de ações e debates em torno do racismo consolidou-se como parte da proposta pedagógica, didática e de gestão, impondo a necessidade de abordar o tema com toda a equipe, ou seja, extrapolar os limites tradicionais relacionados apenas ao corpo docente e considerar as inúmeras relações e dimensões envolvendo os professores, funcionários, equipe gestora e toda a comunidade escolar.

O racismo e o antirracismo fazem parte de uma pauta constante nas práticas pedagógicas. A escola como um espaço de construção de valores, identidades e relações sociais tem o dever de promover discussões que ajudem as crianças a se reconhecerem e reconhecerem o racismo em suas diferentes formas e, o mais importante: agir contra.

Isso é fundamental pois ninguém nasce racista, mas é no convívio social que conceitos e preconceitos se formam, e é também na escola que podem ser desconstruídos. No entanto, o racismo ainda é uma realidade presente em nossas escolas, apesar dos avanços, e por isso se faz necessário combater de forma ativa.



A construção de uma educação antirracista que garanta a todas as crianças o direito à aprendizagem de forma equânime e a desconstrução de inúmeras atitudes discriminatórias que violam os direitos humanos fazem parte do grande trabalho realizado no calendário escolar. A abertura de diálogo e reflexões possibilita uma integração diferenciada que favorece a reestruturação conceitual de valores e posicionamentos práticos voltados para a equidade, permitindo refletir e lembrar aquilo que já aconteceu no passado e vivenciar algo novo, planejando, ousando, desejando e realizando possibilidades para um futuro melhor.

Trabalhar as leis 10.639 e 11.645 no ambiente escolar é fundamental. Para além de promover o combate ao racismo, permite promover cidadania, respeito às diferenças e construção de uma sociedade mais justa. As marcas positivas de um trabalho planejado anualmente, dentro do Projeto Político-Pedagógico das escolas, em uma rede que já reconhece a necessidade de implementação de uma Política Pública para Relações Étnico-Racial, pautada em justiça social e dignidade humana, são identificadas quando se entra nas Unidades Escolares do Município.



Documentos que norteiam a educação antirracista

O caminho percorrido reverberou na necessidade de se ter uma documentação que servisse para nortear e fortalecer nossas ações. O primeiro documento, elaborado em 2022, no âmbito das formações do Projeto Jaê, [Glossário Comentado - Letramento Racial](#), teve como objetivo diminuir as desigualdades raciais no desenvolvimento das aprendizagens, promovendo práticas antirracistas nas escolas e constituindo uma rede intersetorial de apoio e equidade na Educação. Para criação dos verbetes que compõem o Glossário a equipe técnica da SME aprofundou estudos sobre as relações raciais no país, sobretudo no que diz respeito ao uso adequado de termos, conceitos e expressões, investimento no letramento racial de toda a comunidade escolar.

O segundo documento, elaborado ao longo de aproximadamente três anos, inicialmente no âmbito das formações do Projeto Jaê e depois integrando as ações do Núcleo ERER, Orientações para situação de racismo e discriminação racial, traz orientações e reflexões sobre como promover a conscientização sobre as questões raciais, buscando a erradicação do racismo, discriminação racial e intolerância, estabelecendo um clima escolar positivo para aprendizagem com respeito mútuo e garantindo as mesmas oportunidades a todos e a cada criança. Aproximar o envolvimento dos movimentos negro e indígena com a comunidade escolar, em suas diferentes atuações, como forma de democratizar a construção da proposta educativa, foi parte do processo dentro das escolas e das políticas da rede.



Esses documentos fortalecem a equipe, apuram olhares e contribuem para a valorização dos afro-brasileiros e africanos das nossas escolas, e também de toda a sociedade. Resgatam a importância histórica e cultural da população negra para a construção do nosso país. São documentos fundamentais para trazer luz às discussões a respeito das diferenças (gênero, raça, classe social e território), orientam na distinção entre o racismo e outras formas de violência (como o bullying), garantindo que ele seja tratado com suas especificidades e não apenas como um conflito entre colegas. Além disso, os documentos definem a responsabilização e orientam os encaminhamentos que, além de disciplinares, buscam a reparação simbólica e as práticas pedagógicas que promovam ampla conscientização dos estudantes, profissionais da educação e famílias, promovendo o letramento racial de toda a comunidade escolar.

A presença e o debate das questões referentes ao enfrentamento das práticas racistas consolidam-se em caráter educativo, em propostas pedagógicas que impõem a necessidade de falar sobre o assunto com a equipe escolar: funcionários docentes e gestão. Esses debates têm fortalecido o aprendizado coletivo, promovendo respeito e ampliando os horizontes para além dos muros escolares.

Assim, várias ações foram se construindo na rede municipal de Santa Bárbara d'Oeste ao longo destes anos de intenso e integrado trabalho. A ampliação do acervo de livros nas escolas foi um passo importante, pois trouxe ampliação de conhecimento literário e apreciação de leituras nas quais a história dos negros é contada de forma a reconhecer o seu real valor. Autoras influentes que discutem o racismo, como Angela Davis, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Geni Guimarães, dentre outras, foram destaques nos momentos culturais, oportunizando o conhecimento e reflexões acerca do racismo estrutural e suas intersecções com classe e gênero.

As imagens presentes nos espaços escolares já são indícios importantes desse compromisso assumido pela rede municipal com as práticas antirracistas. Fotografias em murais, produções artísticas expostas, cartazes que representam a diversidade de culturas e identidades, bem como registros de propostas pedagógicas que comunicam mensagens de pertencimento e valorização de todos. Esses elementos visuais revelam que a equipe gestora tem a intencionalidade de tornar visível a pluralidade que compõe a comunidade escolar, reforçando o princípio da equidade.

O planejamento de momentos de discussão e formação com toda a comunidade escolar, envolvendo crianças, famílias e responsáveis, professores e funcionários, é essencial para transformar as orientações presentes nos documentos em práticas cotidianas. Proporcionar estudo reflexivo sobre as orientações da rede, com a representação de todos os segmentos da escola e comunidade, para a construção do plano de ações tem sido iniciativa presente nas unidades escolares. São práticas consolidadas nas vidas das crianças que frequentam as escolas de Santa Bárbara d'Oeste: sessões simultâneas de leitura intituladas "Encantando", com presença de livros de autoria negra e indígena; atividades práticas com os alunos na preparação de merenda com comidas típicas de várias culturas; estudo de biografias de mulheres negras, dentre outras.



O registro como ferramenta pedagógica

O registro profissional é destacado como ferramenta pedagógica e de monitoramento e com isso reafirmamos seu papel estratégico na gestão escolar por meio de planos de ação, projeto político-pedagógico e o compartilhamento das práticas de gestão. Ele não se limita a ilustrar acontecimentos, mas constitui uma prática intencional de análise, avaliação e planejamento. Registrar contribui para a construção de uma memória coletiva, legitima o trabalho pedagógico e fortalece a transparência da gestão, tornando-se essencial para efetivar uma escola democrática e equitativa.

No entanto, mais do que registros espontâneos, é preciso pensar estrategicamente quais práticas cotidianas merecem ser documentadas para que se transformem em referências visuais e pedagógicas de equidade. Imagens de assembleias escolares, momentos de escuta dos estudantes, reuniões com famílias e responsáveis, atividades que valorizam diferentes culturas, ações de acessibilidade e processos colaborativos de

aprendizagem são exemplos de práticas que, quando registradas, transcendem o momento vivido e se convertem em evidências concretas do trabalho inclusivo da escola.

Dessa forma, o registro não é apenas memória, mas também instrumento pedagógico. Ao analisar fotos, vídeos e documentos, a escola pode refletir sobre seus próprios avanços e desafios. Os registros permitem visibilizar conquistas, identificar lacunas, planejar ações futuras e orientar formações internas. No que tange a formação continuada da gestão escolar sobre equidade e as relações étnico-racial na educação, ele permite que possamos nos aprofundar nas concepções sobre as relações raciais e aprofundar nossos estudos por meio da prática da rede, tematizando nossas próprias práticas, aprendendo entre pares e construindo uma reflexão crítica em torno das práticas de gestão. Desta forma, os registros servem como recurso de monitoramento e avaliação, oferecendo dados qualitativos que complementam os indicadores quantitativos da aprendizagem.



Além disso, determinadas imagens têm o poder de sintetizar o compromisso da gestão escolar com a equidade, tornando-se, ao mesmo tempo, um testemunho e uma inspiração. Ao expor publicamente fotos que mostram a participação ativa de todos os estudantes, a colaboração entre professores e a inclusão de famílias nas decisões, a escola comunica não apenas para dentro, mas também para fora de seus muros, que a equidade é uma prática concreta e contínua.

A gestão escolar contemporânea tem como um de seus maiores desafios garantir que a equidade não se restrinja ao campo do discurso, mas se materialize em práticas pedagógicas, decisões administrativas e no cotidiano da escola. Nesse sentido, o registro, em suas diversas formas, assume um papel central, já que, além de documentar, evidencia, monitora e orienta as ações da gestão em prol de uma educação inclusiva e justa.

Por meio do diálogo mobilizamos a comunidade escolar sobre a relevância e a necessidade de introduzir novas reflexões, a fim de buscar respostas para um contexto escolar que muda continuamente, sensibilizando-a a encontrar pontos de sucesso, que servirão de sustento para processos de mudanças. Afinal, para constituirmos uma sociedade justa, não basta saber o que é o racismo. Faz-se necessário pôr em prática este conhecimento no cotidiano, no trabalho pedagógico, na coletividade. Hoje, em muitas escolas da rede, é possível perceber uma atuação que parte das próprias crianças e profissionais que não aceitam nenhum tipo de racismo ou discriminação no interior das escolas. Conseguimos perceber a mudança na criticidade das crianças e adultos.

Um outro aspecto importante é a visibilidade macro, ou seja, a capacidade de olhar para a comunidade e para a equipe escolar a partir de diagnósticos consistentes sobre o seu entorno. Isso significa combater estereótipos, inverter lógicas de exclusão e valorizar as trocas de experiências entre diferentes unidades escolares. Ao compartilhar práticas, fortalece-se a afirmação coletiva, a desconstrução de paradigmas e a oportunidade de diálogos, reflexões e novas concepções. Portanto, a garantia de um ensino-aprendizagem igualitário



e equitativo só é possível a partir de um trabalho verdadeiramente colaborativo.

Um exemplo do alcance deste trabalho é a percepção de que, se antes ouvíamos xingamentos que animalizavam e embruteciam as crianças ou os adultos, hoje temos a indignação e a assertividade na ação que repreendem esses atos.

Nossa ampliação de conhecimento trouxe um olhar atento e cuidadoso para essas crianças e adultos, bem como uma lógica de proteção coletiva de seus direitos. Elas não são mais invisíveis, assim como não são mais ignoradas ou naturalizadas as violências que sofrem no ambiente escolar. Nas salas de aula sabemos onde estão sentadas e do que precisam, contemplando suas necessidades e visibilizando seus saberes. Observamos que os profissionais da escola, em geral, estão mais atentos, não se omitindo diante de ocorrências de racismo ou discriminação. É necessário reafirmar que racismo é crime, precisa ser verbalizado e enfrentado.

Ainda assim, diante de tantas conquistas, é preciso reconhecer os desafios que permanecem. Muitas equipes escolares ainda mostram insegurança diante de situações de racismo, especialmente no que se refere aos procedimentos a serem adotados. Titubeiam ao tomar decisões e realizar enfrentamentos.

Embora já saibam o que não é correto, ainda precisam de ajuda na condução do fato ocorrido, para fazer valer o que está previsto no documento orientador. Avaliamos que avançaremos com o fortalecimento da formação continuada, a troca entre pares e no acompanhamento sistemático destas escolas pela rede.

Escolas como espaços de superação das discriminações

As unidades escolares do Município têm se mostrado espaços fundamentais para a construção de práticas educativas voltadas à superação das discriminações raciais. Como exemplo disso podemos citar o “Projeto Diversidade” da EMEI Maria de Lourdes Rodrigues, que busca proporcionar uma experiência de conexão com as diversas culturas que se desenvolveram em nosso país, sobretudo a partir das comunidades de ancestralidade Nagô, Jeje, Angola, Queto, Banto; além de comunidades caiçaras e ribeirinhas. Ao proporcionar à comunidade escolar um mergulho conjunto nessa historicidade, busca-se não apenas apresentar essas construções, mas também cultivar, dar luz e valorizar as várias narrativas e imaginários que formam o Brasil, para não cairmos no ‘perigo de uma história única’ (ADICHIE, 2009).

Neste projeto, ao longo do processo, são trabalhadas expressões da culinária, confecção de instrumentos, artesanatos, vestimentas, musicalidade, grafismos e outras experiências sensoriais, culturais e dinâmicas para favorecer o fortalecimento das identidades, a estima positiva e o orgulho das nossas origens. O Brasil é um país vasto e extraordinariamente diverso, rico em tradições, costumes, brincadeiras e sabores únicos que refletem a multiplicidade de sua população. Este projeto surge da necessidade e do compromisso em oferecer às crianças a oportunidade de explorar essa riqueza cultural dos povos ancestrais, desde os primeiros anos de vida.

Uma outra atividade em destaque nas nossas unidades escolares são as sessões simultâneas de leitura intituladas Encantalendo, nas quais as crianças participam de uma comunidade de leitores, escolhendo leituras, comentando o que leram, indicando livros, compartilhando dúvidas, preferências e impressões, movimento essencial para a formação de novos leitores, em contato com produções literárias que representem a diversidade cultural do país.



O trabalho desenvolvido em diferentes ações da rede, permite integrar famílias e/ou responsáveis no cotidiano escolar, já que muitas dessas estratégias são utilizadas nas tradicionais reuniões bimestrais que ganham um sentido mais educativo. Seja com a condução de professores(as), equipe gestora ou com as crianças, seja em explanações e /ou estudos reflexivos, rodas de conversa e/ou de leitura, a discussão racial ganha novos contornos quando trabalhada no cotidiano de forma sistemática.

A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire, portanto é por meio dela que possibilitamos a compreensão das singularidades e potencialidades de cada criança, contribuindo para promover condições de igualdade e equidade no ambiente escolar. ♦



ARTIGO
◇◇◇◇◇◇◇◇

Revisão de sequências didáticas com foco nas relações étnico-raciais

Fabiana Cristina Cordeiro de Lima

Fernanda Heleno Crisp Bordin

Thaís Regina Pola Argentin

Assessoras Técnico-Pedagógicas do Ensino Fundamental



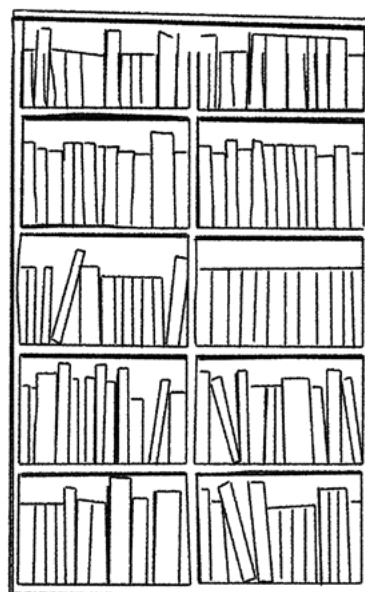


Este artigo apresenta o percurso de revisão e reelaboração de sequências didáticas, desenvolvidas para implementação no Ensino Fundamental, destinadas às turmas dos 1º, 2º, 3º e 5º anos¹ da rede municipal de ensino de Santa Bárbara d'Oeste.

O trabalho foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2025, por meio dos grupos de trabalho (GTs) formados por coordenadoras pedagógicas, assessoras técnicas da Secretaria Municipal de Educação e formadoras da Roda Educativa.

A iniciativa teve como propósito assegurar a 12ª etapa de implementação da política pública voltada às relações étnico-raciais positivas na educação, que prevê a revisão curricular, conforme as orientações das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, com acompanhamento de especialistas e formação de novas comissões de trabalho, compostas também por professores da rede.²

Para esse trabalho, foi feita uma seleção de sequências, uma por ano, para serem revisadas. Embora essas sequências didáticas já apresentassem propostas consistentes, anteriormente implementadas na rede, o processo de revisão e reelaboração teve como principal objetivo aprimorá-las e reforçar a autoria da rede de ensino, de modo a assegurar o desenvolvimento de expectativas de aprendizagem relacionadas ao letramento racial — um dos fundamentos centrais desta proposta pedagógica.



1 As sequências destinadas às turmas do 4º anos foram implementadas em 2023 e 2024, por isso, não entraram nesta proposta de trabalho. Para conhecer uma destas sequências, acesse: <https://rodaeducativa.org.br/sequencia-didatica-descobertas-cientificas-de-autoria-negra-4o-ano/>.

2 Para saber mais sobre o projeto e as etapas de implementação da política pública voltada às relações étnico-raciais positivas, acesse a Revista Jaê - 2ª edição (2024), disponível em: <https://rodaeducativa.org.br/revista-jae-segunda-edicao/>.

Para a consolidação do trabalho foram definidas etapas comuns de desenvolvimento, destacando-se:

1. Análise aprofundada das sequências didáticas originais, visando à tomada de decisões a partir de critérios específicos voltados à estrutura da sequência, às práticas de linguagem e ao letramento racial, verificando o que poderia ser mantido, modificado ou ampliado;

2. Identificação de lacunas vinculadas às relações étnico-raciais no contexto escolar, uma vez que, ao analisar as sequências didáticas, constatou-se que a maioria delas apresentava limitações quanto à promoção efetiva do letramento racial.

3. Inserção das expectativas de aprendizagem relacionadas ao letramento racial, assegurando maior coerência entre os objetivos formativos e os princípios da política de educação para as relações étnico-raciais definidos nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

4. Revisão das expectativas de aprendizagem de Língua Portuguesa, com ênfase no aprimoramento das competências linguísticas e comunicativas dos estudantes. Nesta etapa, buscou-se garantir que as práticas de linguagem, especialmente as de leitura, favorecessem a ampliação do repertório literário e discursivo, valorizando autores, obras e expressões culturais afro-brasileiras.

5. Intencionalidade do avanço no ensino e aprendizagem da leitura, etapa que orientou o planejamento de atividades que promovem a compreensão leitora, a formação do leitor crítico, utilizando diferentes propósitos e procedimentos de leitura.

A partir dessas etapas comuns aos GTs, houve um investimento nas especificidades de cada uma delas, que serão exemplificadas considerando o percurso dos 1º e 2º anos, uma vez que as demais encontram-se em processo de finalização.

Sequência Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira – 1º ano

A sequência didática Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira, destinada às turmas do 1º ano do Ensino Fundamental, foi construída de forma coletiva, com foco principal no avanço dos procedimentos de leitura dos estudantes e no desenvolvimento do letramento racial. Além disso, contempla aspectos relacionados à escrita e à linguagem oral.

A etapa de análise e seleção dos livros configurou-se como um momento de reflexão aprofundada e de ampliação dos saberes acerca das autoras, favorecendo a identificação de elementos comparativos entre suas obras e seus percursos criativos e a proposição de atividades que promovessem o avanço nas aprendizagens dos estudantes do

1º ano. A sequência, organizada em cinco etapas, apresenta autoras que valorizam as culturas africanas e afro-brasileiras, abordando a construção das identidades negras e contribuindo para o fortalecimento de relações étnico-raciais positivas.

As educadoras do GT demonstraram especial cuidado na elaboração das orientações destinadas aos professores, buscando não sobrecarregar suas demandas de trabalho. Assim, empenharam-se em produzir um material claro, objetivo e que favorecesse a aplicação das atividades em sala de aula, sem gerar dúvidas quanto à sua implementação. Verifica-se o alcance deste resultado nos depoimentos de algumas professoras que utilizaram o material em sala de aula:



Roda de leitura para conhecer as obras das autoras Kiusam de Oliveira e Heloisa Pires Lima

ADI Dr. Euvaldo de Queiroz Dias - 1º ano D - Professora Luciana Holanda

“As orientações que vocês prepararam estão bem divididas, está bem explicado o que é para fazer e de uma maneira mais resumida. Achei que vocês tiveram capricho com isso, não tive dificuldade para entender. Eu e as crianças estamos gostando da sequência”.

(Patrícia Bonfim – Professora do 1º ano – CIEP Dom Eduardo Koiak)

“A atividade foi um sucesso. Foi um momento de escuta, de troca, perguntas, interações e de muito aprendizado. Foi uma experiência muito rica e que reforçou a importância de trazer a diversidade para a sala de aula.”

(Renata Foster – Professora do 1º ano – CIEP Sbravatti)



Leitura pela professora do livro *Com qual penteado eu vou?*, de Kiusam de Oliveira, ed. Melhoramentos

EMEFEI Profª Sônia Bataglia Cardoso - 1º ano A - Professora Nathyele de Souza

Sequência Jogos e Brincadeiras Africanas – 2º ano

A sequência didática Jogos e Brincadeiras Africanas, voltada às turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, foi elaborada com o propósito de revisitar e ressignificar os imaginários acerca do continente africano e da população negra, por meio de textos instrucionais, para ampliar o conhecimento das crianças sobre jogos e brincadeiras de origem africana que favorecem o respeito e a valorização da diversidade cultural. Além disso, a proposta busca contribuir para o ensino de história e cultura afro-brasileira, ampliando o letramento racial dos estudantes e professores, e promovendo rodas de conversa que estimulem a oralidade, a escuta sensível e o compartilhamento de saberes.

Na reelaboração, foi incluída uma etapa destinada a discutir com as turmas textos que abordassem as concepções e ideias circulantes sobre o continente africano, buscando problematizar estereótipos. Para complementar essa abordagem, foram selecionadas imagens representativas da diversidade do continente, com o objetivo de exemplificar as incoerências presentes nessas concepções.

Com o foco principalmente no ensino da leitura, buscou-se assegurar atividades que promovessem a progressão dos desafios. As propostas envolveram a diversificação das práticas de leitura e agrupamentos produtivos entre as crianças, considerando os diversos saberes, de modo a favorecer a interação na aula e a construção conjunta do conhecimento.

As orientações didáticas ao professor foram reformuladas com o propósito de garantir o alinhamento entre as atividades e os objetivos de aprendizagem, assegurando que a implementação da sequência ocorresse de forma intencional, reflexiva e coerente com os princípios da educação para as relações étnico-raciais e os princípios específicos da didática da língua.

Essa sequência didática dialoga com o pensamento de Cunha, para quem “urge ampliar os acervos de práticas lúdicas socialmente comprometidas com uma

pedagogia antirracista” (Cunha, 2022, p. 7). A proposta, ao incorporar jogos e brincadeiras de matriz africana e afro-brasileira, reconhece o potencial formativo da ludicidade como prática cultural e pedagógica capaz de promover a valorização das identidades negras e a reconstrução de imaginários historicamente marginalizados.

Segundo Cunha (2022, p. 6), “focar na ludicidade africana e afro-brasileira é afirmar a urgência de valorização da corporeidade, da cultura, da história e da ancestralidade negras. É um posicionamento consciente contra o epistemicídio realizado pelas políticas e guerras de colonização da África e das Américas”. Nessa perspectiva, a ludicidade assume um papel político e educativo fundamental, pois sustenta o reconhecimento do brincar como dimensão constitutiva da experiência humana e como prática de resistência e de afirmação cultural.

Brincadeira “Pegue a cauda” (de origem nigeriana)

ADI Dr. Euvaldo de Queiroz
Dias - 2ºs anos A e B -
Professoras Marta Vaz e
Mireya Fugolim





Várias brincadeiras africanas realizadas no pátio da escola

EMEFEI Profª Maria Augusta Canto Camargo Bilia
2º ano A – Professoras Eliana Buso Schramm e
Kelly Moriggi Betim

Ao compreender que as brincadeiras e os jogos são expressões culturais, Cunha (2022) destaca a importância de espaços de aprendizagem coletivos que favorecem a troca, o diálogo e a construção compartilhada de saberes, habilidades e expressões. Assim, embora a vontade de brincar seja inerente à condição humana, o ato de brincar constitui-se como um aprendizado coletivo, mediado pela cultura e pelas relações sociais.

Estes aspectos foram reconhecidos e destacados pelas professoras que utilizaram o material em sala de aula:

“Essa sequência didática está proporcionando aos alunos o conhecimento sobre os jogos e brincadeiras africanas, a valorização da cultura afro-brasileira, a formação da identidade [...], respeito e empatia. As crianças estão amando conhecer os jogos e brincadeiras africanas, pois está sendo uma das maneiras prazerosas de aprender sobre a história e as tradições de outros países.”

*(Marta Vaz e Mireya Fugolim -
Professoras do 2º ano - ADI Dr. Euvaldo de
Queiroz Dias)*

A revisão e reelaboração das sequências como ação formativa

O processo de revisão e reelaboração das sequências didáticas configurou-se também como uma ação formativa significativa para os educadores envolvidos, gerando produção de conhecimentos para inspirar outros profissionais. Essa experiência possibilitou aos grupos de trabalho aprofundar seus saberes sobre os conceitos de justiça social e justiça curricular, promovendo ajustes nas propostas pedagógicas de modo a articular as expectativas de aprendizagem da Língua Portuguesa com as do letramento racial, em uma perspectiva crítica e comprometida com a equidade.

Conforme Costa, Araújo e Ponce (2023), a dimensão do conhecimento voltada à justiça curricular tem início quando a produção de uma existência humana digna orienta a seleção dos conteúdos escolares e as formas de abordá-los pedagogicamente. Nessa perspectiva, o conhecimento que realmente importa é aquele que humaniza, transforma-se em experiência significativa e atua como instrumento de resistência à opressão, favorecendo a participação e a emancipação social. Esse trabalho evidencia a importância de uma leitura crítica da realidade, levando à reflexão e à ação.

Outro aspecto relevante desse processo formativo foi o aprofundamento da compreensão, por parte dos educadores, acerca de seu próprio letramento racial, o que contribuiu para a ampliação do repertório cultural e para uma maior consciência das práticas pedagógicas comprometidas com a justiça e a diversidade, como podemos perceber a partir dos seguintes relatos de profissionais da rede, destacando o que de mais positivo perceberam no trabalho com a reelaboração das sequências didáticas:

“O processo de pesquisa, o enriquecimento dos saberes, o trabalho colaborativo e as discussões nos levaram a desconstruir e reconstruir conhecimentos.”

(Carla Caetano - Coordenadora Pedagógica - A.D.I. Dr. Euvaldo de Queiroz Dias)

“A troca entre os profissionais do grupo ampliou horizontes e reafirmou o papel essencial do CP como formador e articulador de práticas pedagógicas significativas.”

(Kátia Prado - Coordenadora Pedagógica - CIEP Dom Eduardo Koaik)



O percurso de revisão e elaboração das sequências didáticas *Conhecendo as autoras Heloisa Pires Lima e Kiusam de Oliveira e Jogos e Brincadeiras Africanas* revelou-se um processo de formação e construção coletiva do conhecimento, no qual os educadores da rede municipal de ensino de Santa Bárbara d'Oeste puderam reafirmar o compromisso com uma educação antirracista desde os primeiros anos escolares.

Essa experiência reafirma a importância de uma formação docente contínua, crítica e colaborativa, capaz de transformar o currículo em espaço de justiça, diálogo e representatividade. O trabalho desenvolvido aponta caminhos possíveis para que as escolas sigam avançando na construção de uma educação comprometida com a dignidade humana, a pluralidade e a emancipação social, consolidando, assim, o princípio de que ensinar é também um ato político e libertador. ♦

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

COSTA, Thaís Almeida; ARAÚJO, Wesley B.; PONCE, Branca Jurema. Justiça social e justiça curricular: enlaces teóricos para análise e proposição de políticas e práticas curriculares. *Revista Cocar*, Belém, v. 18, n. 36, p. 1-22, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6452/2877>>. Acesso em: 19 out. 2025.

CUNHA, Débora Alfaia da. Prefácio. In: PINTO, Helen Santos; SILVA, Luciana Soares da; NUNES, Míghian Danae (Orgs.). *Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras* [livro eletrônico]. São Paulo: Aziza Editora, 2022. Disponível em: <media.ceert.org.br/portal-4/pdf/pdf_publicacoes/2022111617345463751f3e26434-catalogo-jogos.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

Expediente

Roda Educativa

Direção

Patrícia Diaz, Roberta Panico
e Tereza Perez

Coordenação pedagógica

Cristiane Tavares

Coordenação de gestão

Alessandra Tavares

Formação

Alessandra Tavares, Karina Santos
da Silva e Larissa Aliberti

Analista de Gestão

Raquel Porangaba

Identidade visual

Silvana Martins

Comunicação

Carolina Glycerio e Cristhine Marques

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ATELIESCOLA ACAIA

Direção

Teca Soub

Coordenação pedagógica

Karina Santos

Revista Jaê

Projeto e Coordenação editorial

Cristiane Tavares

Textos

Ana Patrícia Fernandes de Almeida,
Carla Sâmia Scavassa Froner, Carolina
Glycerio, Cristiane Tavares, Cristina
Aparecida da Silva, Elaine Cristina
Borges Caetano Gomes, Fabiana
Cristina Cordeiro de Lima, Fernanda
Heleno Crisp Bordin, Jeanette Muza
Antoniassi Scarazzatti, Luci Marcondes,
Luciana Leonel, Maria Aparecida Franco
Bortolozzo, Maria Assunta Fioramonte
Della Colleta, Mateus Olivatto, Pâmela
Damaris Fischer, Patrícia Arante Bonfim,
Rodolfo César Siquetim, Rosângela
Strapasson Canali, Tânia Mara da Silva,
Thaís Regina Pola Argentin e Valeria
Maria S. Silva.

Projeto gráfico e diagramação

Mariah Antunes

Diagrama das etapas

Adaptação de Mariah Antunes da arte
original de Denis Araújo

Ilustrações

Denis Araújo



roda
educativa

 **Santa
Barbara**